



ESTRATÉGIA EUROPEIA EM BUSCA DE UMA “CONSCIÊNCIA PLANETÁRIA”: UMA CIDADANIA ECOLÓGICA PARA ALÉM DA ARITMÉTICA VERDE?

EVANTHIA BALLA

evanthia.balla@gmail.com

Professora Associada da Universidade de Évora (Portugal) e Investigadora do Centro de Investigação em Ciência Política. É coordenadora do Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus da Universidade de Évora. É também membro da comissão de curso do Doutoramento em Teoria Política, Relações Internacionais e Direitos Humanos, criado em parceria pelas Universidades de Évora e dos Açores. É doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Mestre em Política Internacional pela Université Libre de Bruxelles, Bélgica, e Mestre em Estudos Europeus pela University of Reading, Reino Unido. Tem uma licenciatura em Ciência Política e Administração Pública pela Universidade de Atenas, Grécia. Os seus interesses de investigação incluem a integração europeia; segurança europeia; política internacional; governação europeia; cidadania, direitos humanos. Tem publicado vários artigos, relatórios e análises em revistas científicas nacionais e internacionais.

Resumo

Este artigo examina a estratégia ambiental europeia e, em especial, a natureza de uma cidadania ecológica europeia. Argumenta-se que a estratégia ambiental europeia, apesar da sua importância, baseia-se sobretudo num modelo de gestão da natureza, atribuindo ao cidadão um papel central nesta gestão. O atual quadro jurídico-político não demonstra um novo paradigma de "consciência planetária" capaz de garantir uma verdadeira mudança. O argumento está estruturado em quatro partes: em primeiro lugar, examinam-se os conceitos do Antropoceno, Capitaloceno e o paradigma da Aritmética Verde, dando ênfase ao quadro da estratégia ambiental europeia e o papel do cidadão europeu na mesma. Seguidamente, observam-se os esforços, e pressupostos subjacentes, para "salvar o planeta" a nível internacional e europeu em busca de evidências de uma "consciência planetária". Na terceira parte, utiliza -se a leitura particular do quadro jurídico-político europeu, em especial do Pacto Ecológico Europeu, efetuando uma análise crítica do papel do cidadão como força matriz desta mudança. Por fim, sintetizamos as principais conclusões e refletimos sobre a resposta da UE ao desafio climático, à luz das tendências identificadas e da urgência de encontrar um novo paradigma apto para a verdadeira mudança de pensamento. Este artigo contribui teoricamente ao interpretar a estratégia europeia, e em particular a cidadania ecológica europeia através do modelo de Aritmética Verde, e de gestão neoliberal. Igualmente, contribui empiricamente ao destacar a forma como a cidadania europeia é entendida nos termos do Pacto Ecológico Europeu..

Palavras-chave

Pacto Ecológico Europeu (PEE), Cidadania ecológica europeia, consciência planetária, aritmética verde, gestão neoliberal.



Abstract

This article examines the European environmental strategy and, in particular, the nature of a European ecological citizenship. It argues that the European environmental strategy, despite its importance, is mainly based on a model of nature management, giving citizens a central role in this management. The current legal-political framework does not demonstrate a new paradigm of 'planetary consciousness' capable of guaranteeing real change. The argument is structured in four parts: firstly, the concepts of the Anthropocene, Capitalocene and the Green Arithmetic paradigm are examined, emphasising the framework of the European environmental strategy and the role of the European citizen in it. It then looks at the efforts, and underlying assumptions, to 'save the planet' at international and European level in search of evidence of a 'planetary consciousness'. The third part uses a particular reading of the European legal-political framework, especially the European Green Deal, to critically analyse the role of the citizen as the driving force behind this change. Finally, we summarise the main conclusions and reflect on the EU's response to the climate challenge, in the light of the trends identified and the urgency of finding a new paradigm suitable for a real change in thinking. This article makes a theoretical contribution by interpreting the European strategy, and in particular European ecological citizenship through the Green Arithmetic model, and neoliberal management. It also makes an empirical contribution by highlighting how European citizenship is understood under the terms of the European Green Deal.

Keywords

European Ecological Pact (EEP), European ecological citizenship, planetary consciousness, green arithmetic, neoliberal management.

Como citar este artigo

Balla, Evanthia (2024). *Estratégia Europeia em Busca de uma "Consciência Planetária": Uma Cidadania Ecológica para além da Aritmética Verde?*. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL 15 N.º 2, Novembro 2024-Abril 2025, pp. 90-107. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.15.2.4>.

Artigo recebido em 6 de Agosto de 2024 e aceite para publicação em 6 de Setembro de 2024.





ESTRATÉGIA EUROPEIA EM BUSCA DE UMA “CONSCIÊNCIA PLANETÁRIA”: UMA CIDADANIA ECOLÓGICA PARA ALÉM DA ARITMÉTICA VERDE?¹

EVANTHIA BALLA

Introdução – Como o cidadão pensa a Natureza?

"A forma de pensar que utilizamos para encontrar soluções para os problemas mais graves da nossa era globalizada é, ela própria, um dos problemas mais graves que temos de enfrentar" (Morin & Ceruti, 2013: posic. 1219).

Numa era marcada pela globalização e por avanços tecnológicos velozes, o impacto das alterações climáticas afigura-se com um dos principais desafios políticos. A deterioração ambiental global coloca uma série de desafios tanto ao nosso conhecimento como às nossas respostas. Neste contexto, tem havido um debate frutuoso sobre o início das condições que deram origem ao problema. Paul Crutzen de forma célebre afirmou que transitámos do período geológico do Holoceno, a mais recente era glacial, ocorrida há cerca de 12 mil anos, para o Antropoceno, uma nova era da história da Terra dominada pela pegada humana. Diversas alternativas ao conceito geológico do Antropoceno têm sido propostas relativas ao pensamento de crise ecológica, particularmente nas ciências sociais, como o Capitaloceno. Este conceito considera o capitalismo como forma de organizar a natureza; ou seja, como uma ecologia global, onde poder, capital e natureza estão interligados. Nesta perspetiva, a história foi moldada como soma das interações entre humanos e a natureza, com base numa aritmética verde, que acabou por distorcer o próprio planeta.

As respostas políticas às alterações climáticas têm vindo a intensificar-se ao longo do tempo, tanto a nível nacional, como europeu e internacional. No entanto, estas respostas não demonstram uma verdadeira conscientização sobre as origens do problema, falhando em reconhecer plenamente a influência que o ser humano e as instituições exercem sobre o ambiente.

¹ Este estudo foi realizado no Centro de Investigação em Ciéncia Política (UIDB/ CPO/00758/2020) da Universidade de Évora e apoiado pela Fundação para a Ciéncia e Tecnologia (FCT) e pelo Ministério da Educação e Ciéncia através de fundos nacionais.



De acordo com a análise de Crutzen (2021) sobre o Antropoceno, compreende-se que uma das grandes obrigações futuras da humanidade será de estabelecer uma estratégia ponderada para garantir a sustentabilidade dos ecossistemas face à inevitável interferência humana. Assim, a aplicação dos conhecimentos adquiridos «na noosfera², agora mais conhecida como sociedade do conhecimento ou da informação» deverá ser “sensata” (Crutzen, 2021, p. 27). Com efeito, o modo de pensar afigura-se como o fator determinante da própria mudança.

O conceito da “noosfera” não é novo. Teilhard de Chardin (1961) na sua obra *Hymn of the Universe* já destacava a importância do desenvolvimento de uma “consciência planetária”. O autor (1961, p. 89) referia que “[s]e os homens da Terra, em toda a Terra, se quiserem amar uns aos outros, não basta que reconheçam uns nos outros os elementos de um algo único; devem também, desenvolver uma “consciência planetária”, tomar consciência do facto de que, sem perda das suas identidades individuais, se estão a tornar num alguém único”. De Chardin defende que a harmonia do planeta é o resultado da amálgama de várias existências. Assim, o homem, os animais, mas também a própria natureza, devem formar um só na teia da vida.

Crutzen (2021) sustenta, portanto, que não houve esta coexistência harmoniosa, mas que a pegada humana ao longo dos três últimos séculos transformou a Terra de maneiras profundas e duradouras. Crutzen sublinha que “[c]erca de 30 a 50% da superfície terrestre do planeta é explorada por seres humanos. As florestas tropicais desaparecem a um ritmo acelerado, libertando dióxido de carbono e aumentando fortemente a extinção de espécies” (2021, p.24).

Vários académicos analisaram as causas e os efeitos desta transformação. Moore (2016) aponta para o pensamento dualista dominante, daquilo que ele chama, de “Aritmética Verde”, ou seja, da ideia de que Humanidade (ou Sociedade) e Natureza, ou mesmo Capitalismo e Natureza, somam-se. Moore argumenta que as formas de organização humana são elas próprias criadoras de ambientes. As instituições humanas, como as classes, os impérios e os mercados, são criadoras de ambientes na teia da vida, e elas próprias são influenciadas por estas mudanças. Assim, o capitalismo como “forma de organizar a natureza como um todo”³ — o já referido Capitaloceno —, tornou-se um produto, mas também um produtor na teia da vida. Deste ponto de vista, o capitalismo metamorfoseou-se num sistema global, a *world-ecology*, em que a natureza serve (ou deve servir) os objetivos do sistema: de alta produtividade a preços baixos (2016, pp.:78-165). Assim, permanecendo e agindo dentro do mesmo sistema dificilmente iremos conseguir responder ao desafio das alterações climáticas com êxito. Moore (2016, p. 1) defende que “[o] tipo de pensamento que criou a atual turbulência global dificilmente nos ajudará a resolvê-la”.

² Isto é a esfera do raciocínio lógico. Termo derivado das palavras gregas “Νοῦς” (raciocínio lógico e mental) e “σφαῖρα” (esfera). Em 1924, Teilhard de Chardin e E. Le Roy cunharam o termo “noosphere”, distinguindo o papel crescente que o poder do pensamento humano e das suas vocações tecnológicas têm desempenhado na construção do futuro e do seu ambiente.

³ E não apenas como sistema social e económico.



De certo ponto, o Capitaloceno apresenta-se como conceito crítico ao do Antropoceno, alternativo na sua explicação quanto às catástrofes naturais (Federau, 2023, p. 641), perspetivando a mudança do paradigma atual.

Na mesma linha de pensamento crítico ao Antropoceno, e em conformidade com Moore, San Román e Molinero-Gerbeau (2023) argumentam que o conceito de Antropoceno pode ser compreendido de duas formas distintas: como "Antropoceno Geológico", uma perspetiva das ciências naturais que alude aos impactos mensuráveis das comunidades humanas no planeta, segundo a escola de Stoermer e Crutzen⁴; e como "Antropoceno Popular", uma perspetiva das ciências humanas e sociais que se refere à forma de pensar sobre as origens e a evolução da crise ecológica. Ao contrário do Crutzen, que mede as mudanças ambientais impulsionadas pelas ações humanas, San Román e Molinero-Gerbeau sustentam que é fundamental considerar as implicações culturais, sociais e éticas importantes que conduziram a estas mudanças. Para os autores não foi o *ἄνθρωπος* (-antropos/ o homem) que nos conduziu a um novo período geológico, mas a cultura ocidental. Mais precisamente, os autores (2023, p. 39) defendem que "[o] próprio capitalismo é uma estrutura material construída sobre os fundamentos ideológicos do pensamento ocidental, cuja abordagem da predação da natureza precede o dualismo cartesiano"⁵. Braidotti e Casper-Hehne (2023) também defendem que o conceito de Antropoceno é um produto dos humanos ocidentais, pois baseia-se numa visão do mundo ocidental, e em particular Europeia, que separa a "natureza da cultura, os corpos das mentes, os humanos dos não-humanos e organiza todas as diferenças hierarquicamente" (2023, p. 667). Igualmente, as autoras também sublinham que enquanto a maioria das emissões globais são produzidas pelos países mais ricos, o impacto recai nos ombros dos mais pobres países do Sul Global (*ibid*, p. 668)⁶.

Quanto à governança da era do Antropoceno, afigura-se com uma governança neoliberal. O termo "neoliberalismo" não significa o mesmo que o "capitalismo": na realidade, surge da "intensificação e a aceleração das possíveis consequências do capitalismo" (Hétier, 2023, p. 671). A nossa estratégia jurídico-política para responder aos desafios climáticos tem vindo a assumir a forma de uma gestão neoliberal, baseada numa racionalidade de custo-benefício e de técnicas de mercado difundidos em todos os domínios da sociedade (Lawrence, 2017, pp. 7, 12)⁷. Neste modelo neoliberal de governança a sociedade torna-se numa "sociedade empresarial" (Foucault, 2008, p. 147), e nela o "homo oeconomicus, é o empresário de si mesmo, sendo para si o seu próprio capital, sendo para si o seu próprio produtor, sendo para si a fonte dos [seus] ganhos" (2008, p. 226). No mesmo

⁴ Em 2000, Paul J. Crutzen e Eugene F. Stoermer publicaram um artigo intitulado "The 'Anthropocene'" na revista *Global Change Newsletter*, disponível na íntegra no livro "Paul J. Crutzen and the Anthropocene: A New Epoch in Earth's History" (2021). O termo ganhou mais popularidade após o ensaio frequentemente citado de Crutzen (2002).

⁵ Referência à "humanização" segundo os seus critérios ocidentais já encontramos na obra de Teilhard de Chardin. Segundo ao autor [h]oje, para permanecerem humanos ou para se tornarem mais plenamente humanos, todos os povos, de uma ponta à outra da Terra, são inexoravelmente levados a formular as esperanças e os problemas do mundo nos próprios termos concebidos pelo Ocidente (1961, 110)

⁶ Nestes termos, para as autoras é fundamental avaliar os aspetos discriminatórios do legado humanista, pelo que são necessários os estudos interculturais, pós-coloniais e des-coloniais, teorias feministas e de género e do pensamento ecológico para garantir que não continuam no Antropoceno.

⁷ Igualmente, Moore argumenta que as possibilidades de aquisição de recursos naturais baratos têm sido limitadas desde os anos 70 enquanto uma nova tendência foi lançada, por vezes designada por neoliberalismo, que se caracteriza pelo reforço do domínio do mercado (2016, p.: 92)



teor, Jopke (2021, p. 15) sublinha que a racionalidade neoliberal esbate a fronteira entre os setores público e privado, mas também invade a esfera privada.

Neste contexto, como é que a União Europeia está a moldar o seu discurso e a sua *praxis* para lidar com os desafios climáticos? Sendo líder na luta contra o desafio das alterações climáticas, apresenta um novo pensamento que se transforma em prática num novo paradigma de uma “consciência planetária”?

Hajer (1995), na sua obra “Politics of the Environmental discourse”, enfatiza certas características no discurso político da “modernização ecológica” do final dos anos ‘70, que permitem abordar a crise ambiental como uma situação “gerível”. Nomeadamente, o autor destaca que neste discurso os custos e benefícios da poluição podem ser calculados; uma organização ambientalmente correta da sociedade é possível com a participação de todos. Por conseguinte, a proteção do ambiente torna-se, em grande medida, uma questão de gestão (1995, p. 26). Do mesmo modo, a autora Molek-Kozakowska (2023) tem enfatizando que o discurso europeu, em particular o Pacto Ecológico Europeu, adota um discurso neoliberal de “sustentabilidade”; e normaliza-a como condição entre as ordens de discurso ambiental e económica, sem condicionantes (2023, p.p.: 182–199). A ênfase principal coloca-se na necessidade da transformação económica e na gestão para a atenuação das consequências climáticas no mercado livre (Molek-Kozakowska, 2023; Hetiér; 2023)⁸.

Igualmente, a estratégia ambiental europeia para o clima destaca o papel do cidadão na luta contra as alterações climáticas, promovendo assim uma cidadania ecológica⁹. Porém, vários teóricos apontam para as complexidades do modelo normativo de uma cidadania ecológica (Vihersalo, 2016; Machin & Tanb 2022; Bourban, 2023; para a cidadania ambiental vide também Dobson and Bell). Para Vihersalo (2017), o cidadão europeu define-se como ator economicamente racional, que fará os ajustamentos ao seu comportamento para proteger o ambiente, como é a redução do consumo de energia, ou o consumo de produtos amigos do ambiente, beneficiando-se a si mesmo. Vihersalo identifica a ausência de uma relação moral profunda entre cidadão e ambiente na campanha climática da UE, pois apesar de haver algumas referências à proteção do ambiente, não se trata de uma profunda ligação ética com o ambiente. Trata-se de um objetivo duplo que consiste tanto na atenuação das alterações climáticas como na “modernização ecológica”, que por sua vez levará a um maior crescimento económico (Vihersalo 2017, p. 358).

⁸ Fiel à lógica neoliberal, oferece -se a possibilidade de uma reforma liderada pelo capitalismo rearmado tecnologicamente aceitando de modo acrítico as estruturas e instituições existentes (vide “Workers and Trade Unions for Climate Solidarity. Takling Climate Change in a neoliberal world” de Hampton, Paul, 2015. Routledge: New York).

⁹ A literatura académica e o próprio discurso da União Europeia têm utilizado vários termos ao abordarem à problemática das alterações climáticas e em particular a estratégica europeia e o conceito de uma nova cidadania: “ambiental”; “climática”; “ecológica”; “verde” (vide Vihersalo, 2017). Para os objetivos do presente artigo que avalia o Pacto Ecológico Europeu, consideramos mais adequado o termo cidadania “ecológica” europeia. Ao enfatizar a importância das questões ética e de justiça na pegada ecológica do homem, como a criação de um espaço de cidadania, aproximamo-nos à “cidadania ecológica” de Dobson (2003). Igualmente, quanto à estratégia da União Europeia, adotamos o termo “estratégia ambiental”, termo este que a Comissão Europeia utiliza na sua página oficial: https://environment.ec.europa.eu/strategy_en.



No quadro jurídico-político ambiental europeu, o cidadão assume parte da responsabilidade da gestão do ambiente. Nomeadamente, o Pacto Ecológico Europeu adotado em 2019 colocou o cidadão ecológico europeu no centro da estratégia ambiental como 'força matriz'. Esta cidadania ecológica *em génesis* manifesta-se através de quatro componentes: "direitos", "deveres", "virtudes" e "práticas", de acordo com Machin e Tanb (2022, p. 13). Contudo, como anotam os autores, as práticas de cidadania facilitam ações importantes, mas também podem resultar em assimetrias entre os europeus. De facto, as virtudes e práticas ambientais, parecem dirigir-se a um único "bem comum", que pode prejudicar o reconhecimento da própria diversidade social e política da Europa. Por outro lado, os direitos e deveres ambientais estão distribuídos de forma desigual entre as esferas pública e privada (Heyen *et al*, 2020; Heyen, 2022). A título de exemplo, existe uma divisão laboral desigual entre a esfera pública e privada, que pesa significativamente mais as mulheres, que deve ser tida em consideração e integrada na própria definição de cidadania ambiental (MacGregor, 2006b), mudando o atual paradigma.

A seguir analisar-se-á a estratégia ambiental europeia, em particular o Pacto Ecológico Europeu, à luz de uma análise crítica da natureza da cidadania ecológica europeia.

Estratégias climáticas e pressupostos subjacentes

Tsoukalis (2023, p. 61) defende que "[a]s alterações climáticas são o produto do maior fracasso de mercado alguma vez registado"¹⁰.

Um importante esforço internacional realizado nos últimos anos visa sensibilizar os atores políticos e os cidadãos para a necessidade de colocar as alterações climáticas no topo da agenda política internacional e para a necessidade de proteger as populações vulneráveis que são particularmente afetadas pelas alterações climáticas. Nomeadamente, o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)) das Nações Unidas, criado em 1988 para avaliar o estado de conhecimento científico e socioeconómico e as estratégias de resposta quanto às alterações climáticas, tem alertado repetidamente sobre os crescentes riscos do aquecimento global e a urgência de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e de limitar as alterações climáticas a 1,5 °C (relatórios PIAC 2018, e relatório atualizado de 2021)¹¹. O IPCC tem também alertado para o facto de que as pessoas e os sistemas mais vulneráveis serem desproporcionalmente afetados e os extremos climáticos terem levado a impactos irreversíveis. De acordo com o último relatório do IPCC, entre 2010 e 2020, a mortalidade humana por catástrofes naturais, tais como inundações, secas e tempestades foi 15 vezes maior em regiões altamente vulneráveis, em comparação com regiões com muita baixa vulnerabilidade (2023, p. 51)¹².

A União Europeia tem vindo a liderar o caminho da transição climática, tanto a nível europeu como em termos de esforços internacionais. Tsoukalis, na sua recente obra

¹⁰ Que nos faz relembrar a afirmação de Nicholas Stern "as alterações climáticas são o resultado do maior fracasso de mercado que o mundo já viu (2007).

¹¹ IPCC (2018), Global Warming of 1.5 °C. <https://www.ipcc.ch/sr15> ; and IPCC (2021). The Physical Science Basis, https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM_final.pdf

¹² IPCC (2023). Climate Change 2023: Synthesis Report. doi: 10.59327/IPCC/AR6-978929169164



Europe's Coming of Age, quis resumir estes esforços escrevendo que a UE tem colocado consideráveis esforços "na tentativa de salvar a sua alma - e o planeta Terra com ela" (Tsoukalis, 2023, p. 142).

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, até ao Acordo de Paris, em 2015, a UE empenhou-se em desenvolver um quadro jurídico-político de estratégia climática abrangente, e tem atingindo resultados notáveis. De facto, em 2020 as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) da UE diminuíram 31% comparativamente aos níveis de 1990, excedendo os objetivos do Protocolo de Quioto de reduzir as emissões em 20% até 2020. Vale salientar que este êxito deve-se em grande parte à criação em 2005 do primeiro grande mercado de carbono do mundo ao adotar o seu regime de comércio europeu de licenças de emissão (CELE), definindo um limite para as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em atividades que representam cerca de 45% das emissões de GEE em toda a União Europeia. Todavia, também se deve à desindustrialização gradual da Europa ao longo das últimas décadas que tem sido um dos fatores-chave para a redução das suas emissões. As empresas europeias têm vindo a transferir a produção para o resto do mundo, onde prevalecem normas ambientais menos exigentes. No entanto, isso significa que enquanto as emissões de gases com efeito de estufa diminuem na Europa, as emissões globais continuam a aumentar a um ritmo alarmante, agravando as condições de vida das populações mais vulneráveis.

Por outro lado, as estratégias de luta contra as alterações climáticas, nomeadamente a transição para uma economia verde, suscitam sérias preocupações quanto aos custos excessivos que podem implicar, bem como quanto ao seu impacto nas sociedades e nas pessoas mais vulneráveis. Tsoukalis (2023) nota que a revolta dos «*gilets jaunes*» em França em 2018 foi resposta às decisões e políticas fiscais do governo francês, sobretudo contra um novo imposto no preço da gasolina com base em preocupações ambientais. Os manifestantes maioritariamente dos subúrbios e do campo, que dependiam da gasolina barata para suas deslocações, foram afetados de forma desigual por esta decisão e sentiram-se fortemente afetados pelas políticas fiscais do governo francês (2023, pp. 140-142).

Neste quadro, vale também ressaltar os riscos das vozes negacionistas que desvalorizam os impactos das alterações climáticas a nível global, disseminando um discurso populista-nativista, sobretudo através das redes sociais. Discursos esses que têm estado na base de estratégias e políticas unilaterais que ferem esforços de acordos multilaterais. Donald Trump, decidiu retirar os Estados Unidos da América do Acordo de Paris em 2017, e Jair Bolsonaro foi acusado de encorajar a deflorestação e a exploração da Amazônia durante a sua presidência, encarando as críticas internacionais como sendo ataques à soberania Brasileira (Maisonnave, 2018). Tal regresso ao discurso da primazia do Estado-nação, por vezes nativista, contradiz o caráter transnacional do clima e a importância do multilateralismo para a sua salvaguarda¹³.

Similarmente, nas últimas décadas, as questões socioculturais e as políticas de identidade têm dominado o discurso político nos países ocidentais, mais do que as

¹³ Quanto ao "nativismo", adotamos a definição de Mudde, que considera o "nativismo" como conceito que engloba "nacionalismo" e "xenofobia" (2019, p: 27).



alterações climáticas (Mudde, 2019, p: 165). Enquanto a direita radical era vista como o partido que mais abordava as questões da imigração e da criminalidade, os partidos tradicionais do centro-direita e do centro-esquerda também têm dado especial ênfase às questões socioculturais e de segurança nos últimos anos, por vezes em detrimento das questões socioeconómicas. Neste contexto, as alterações climáticas parecem estar na linha da frente dos discursos políticos principalmente, se não exclusivamente, dos partidos verdes.

Apesar de a União Europeia ter desempenhado um papel importante na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26), incentivando os seus parceiros a intensificarem as ações para reduzir as emissões, os compromissos-chave da Conferência não demonstraram mudanças estruturais ou éticas significativas. As metas de "atingir objetivos mais ambiciosos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa até 2030", "debater medidas de adaptação aos inevitáveis impactos das alterações climáticas" e "aumentar o financiamento da ação climática, especialmente para os países em desenvolvimento"¹⁴ são essenciais, mas permanecem restritas a uma lógica de aritmética verde, que soma a Humanidade e a Natureza ou mesmo o Capitalismo e a Natureza, mas sem um compromisso de profundas transformações.

As alterações climáticas, obrigam-nos assim a repensar os efeitos do próprio modelo político dominante, os riscos da desigualdade e da injustiça socioeconómica, como também os riscos de um regresso à uma retórica nativista nacionalista do passado.

É, portanto, crucial decifrar como o tipo de pensamento de Aritmética Verde - que, como Moore assinala, cria a atual turbulência global - e a gestão neoliberal se revelam no discurso e na estratégia europeia. Neste contexto, iremos analisar o Pacto Ecológico Europeu.

A estratégia climática europeia e o Pacto Ecológico Europeu (PEE)

O Pacto Ecológico Europeu estabelece o compromisso ambicioso da União Europeia de alcançar uma redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55% até 2030, e a neutralidade climática até 2050, desenhandando um roteiro para esta transição, e colocando o cidadão no centro da transformação como "força matriz" (Vihersalo, 2017; Machin e Tanb, 2022). O Pacto Ecológico se afirma, no próprio texto da Comissão, como um elemento fundamental da estratégia da Comissão para implementar a Agenda 2030 e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas¹⁵.

Neste Pacto, há uma série de propostas agregadoras que ambicionam uma mobilização e envolvimento para a mudança a todos os níveis, dando ênfase à economia, e às sociedades, como também às regiões vulneráveis dentro e fora da UE, com o objetivo de transformar a União "numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna", eficiente na utilização dos recursos e competitiva (Comissão Europeia, 2019,

¹⁴ Vide página do Conselho Europeu: <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/climate-change/paris-agreement/cop26/>

¹⁵ <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>.



p.: 22). A Comissão aponta também para um novo pacto agregador, que reúna vários atores a todos os níveis: cidadãos, a sociedade civil, a indústria, autoridades, e os órgãos da UE (*ibid*, p. 2).

Contudo, não obstante a importância das propostas e do envolvimento agregador de vários atores neste pacto, o percurso da União Europeia para atingir os seus objetivos não evidencia mudanças profundas institucionais e de valores. O documento demonstra a passagem de uma racionalidade governamental clássica, baseada em noções como «direito(s)» (com apenas três referências no texto da Comissão), «esferas» e «jurisdição» (sem nenhuma referência no texto), para uma governamentalidade neoliberal baseada em conceitos alternativos, de «mercados», «partes interessadas» e «eficiência» (Lawrence, 2017).

Com efeito, no quadro do Pacto Ecológico Europeu os objetivos de uma estratégia ambiental europeia de sucesso passam em grande parte por ações de gestão "eficientes" e "eficazes". A título de exemplo, o documento refere que "[p]ara enfrentar este duplo desafio - eficiência energética e acessibilidade dos preços - a UE e os Estados-Membros devem promover uma «onda de renovação» de edifícios públicos e privados" (2019, p. 11). As ambições da Comissão também passam por "estabelecer as condições para uma transição eficaz e justa, proporcionar estabilidade para os investidores e assegurar a irreversibilidade dessa transição" (*ibid*, p.p.: 5, 21). No discurso sobre a eficácia somam-se os objetivos de "uma tarifação rodoviária eficaz na UE" (*ibid*, p. 12), "uma florestação eficaz" (*ibid*, p. 21); e, em termos de política externa, ao "[...]estabelecer um exemplo credível, acompanhado de diplomacia, da política comercial, do apoio ao desenvolvimento e de outras políticas externas, a UE pode ser um defensor eficaz" (*ibid*, p. 23). A Comissão também anota que as reduções das emissões têm efeitos secundários positivos na economia da UE, através do aumento da competitividade das empresas europeias que desenvolvem tecnologias respeitadoras do clima, através da poupança de custos decorrentes de um menor consumo de energia e através da diversificação das fontes de energia, que torna as economias europeias menos vulneráveis ao aumento dos preços do petróleo. Efetivamente, trata-se de decisões e ações político-institucionais que, numa lógica de aritmética verde, somam três objetivos principais: o reforço da economia; a estabilidade dos preços, e a eficiência energética. Quanto às relações da UE com o resto do mundo, a UE colocará a tônica nas ações "eficazes" realizadas pela vizinhança. O que antes definia o sucesso das empresas torna-se agora um objetivo político e determina o sucesso não só das políticas nacionais, mas também da governança europeia. No PEE, destaca-se, de facto, um estilo distinto de raciocínio que molda a estratégia em termos primordialmente económicos, numa lógica de gestão neoliberal, ampliando o campo da atividade empresarial, através de meios eles próprios informalizados e mercantilizados, e distribuindo tarefas governamentais para uma maior variedade de atores (*vide* Lawrence, 2017, e também Brown, 2015, p: 17).

Igualmente, o PEE refere que a UE deve "melhorar a sua capacidade de monitorizar, comunicar, prevenir e corrigir a poluição do ar, da água, do solo e dos produtos de consumo" (*ibid*, p. 16). Estas propostas revelam sobretudo ações de gestão, onde a própria natureza divide-se, e o ar, a água e o solo somam-se aos produtos de consumo, como elementos que a UE deve gerir para enfrentar as catástrofes naturais, novamente na mesma lógica de aritmética verde. Os problemas subjacentes à crise climática, tais



como a apropriação da natureza, a produção exacerbada, e o desperdício generalizado permanecem na periferia do debate político a nível europeu.

Com efeito, o documento está sobretudo centrado acerca de um objetivo principal: "Transformar a Economia da UE para um futuro sustentável" (Figura 1, p. 4). A natureza é vista como algo mais a acrescentar à economia do planeta. Igualmente, enquanto a(s) palavra(s)"economia(s)" repetem-se trinta vezes no documento, há apenas três referências à palavra "natureza", e estas são ligadas ao raciocínio económico. Nomeadamente, no PEE consta que "[o] trabalho em prol da adaptação às alterações climáticas deve continuar a influenciar os investimentos públicos e privados, incluindo em soluções baseadas na natureza" (Comissão, 2019, p. 6). "A Comissão ponderará a elaboração de um plano de recuperação da natureza e estudará a forma de financiar os Estados-Membros para os ajudar a alcançar este objetivo" (*ibid*, p. 15). Ademais, a natureza é vista como um "doente" que precisa de recuperar. Esta recuperação também passa por um financiamento das ações dos vários atores – para que a economia não fique afetada enquanto a natureza "recupere".

Por outro lado, as soluções são aqui apresentadas através de uma linguagem de humanização/ 'antropocena' da própria natureza, inclusivamente mares e oceanos que devem ficar, à semelhança dos homens, mais "saudáveis" e "resistentes". Refere-se que "[e]m termos mais gerais, soluções duradouras para as alterações climáticas exigem que se preste uma maior atenção a soluções baseadas na natureza, incluindo mares e oceanos saudáveis e resistentes" (*ibid*, p. 16).

Quanto ao objetivo de uma transição justa, a introdução de um mecanismo para prestar apoio aos mais vulneráveis membros da sociedade durante a transição, o mesmo estará ligado à promoção de atividades principalmente económicas, inclusive "programas de requalificação, emprego em novos setores económicos ou habitação energeticamente eficiente" (*ibid*, p. 19). Na realidade, a transição para novos empregos será mais desafiantes para as pessoas idosas e para as pessoas com menos qualificações. Também, as comunidades nas zonas onde os setores das indústrias dos combustíveis fósseis em declínio estão concentrados irão ficar particularmente afetadas. No entanto, a compensação pela perda de empregos para pessoas que não conseguirão aproveitar as oportunidades nos novos mercados de emprego de inovação verde não são abordados de forma clara pela Comissão. (Machin & Tanb, 2022, p. 12). Além disso, o texto da Comissão não apresenta referências que indiquem uma consciência de que o compromisso dos Estados-Membros pode variar devido a diversos fatores, como as disparidades económicas e o nível de conscientização dos cidadãos em diferentes países.¹⁶

¹⁶ De acordo com inquérito realizado pelo Banco Europeu de Investimento (<https://www.eib.org/en/press/all/2024-251-finns-rank-first-in-european-union-in-terms-of-climate-change-knowledge-eib-survey-finds>): a Finlândia é seguida pelo Luxemburgo (7,19/10) e pela Suécia (6,96/10) num teste de conhecimentos sobre as causas e consequências das alterações climáticas e as soluções para as combater. Assim, os finlandeses ocupam o primeiro lugar na UE27 (pontuação de 7,22/10), o que os coloca muito acima da média da UE de 6,37/10.



Poderá então a criação de um cidadão ecológico europeu ser considerada o início de uma nova viragem política de “consciência planetária”? Como é entendida esta cidadania ecológica europeia no documento da Comissão?

Na realidade, como já foi referido anteriormente, a UE reflete um ativismo pioneiro no âmbito das alterações climáticas e com sucessos significativos registados. O Pacto aparenta abrir oportunidades para aprofundar a cidadania europeia através da participação ativa dos cidadãos na luta contra as alterações climáticas. Na realidade, quanto às ações políticas e sociais, a Comissão prevê que o PEE assentará no conjunto de diálogos em curso da Comissão com os cidadãos, e de assembleias de cidadãos, em toda a UE, bem como no papel dos comités de diálogo social. Enquanto à participação política do cidadão ecológico, o PEE prevê “deveres públicos” e exige que os cidadãos participem ativamente nos debates políticos (Machin e Tan, 2022). Mais precisamente, este debates decorrerão no contexto de eventos nos Estados Membros numa espécie de diálogos entre a Comissão e os cidadãos. Salienta-se também a importância da existência de espaços tanto reais como virtuais que sirvam como fóruns onde as pessoas possam partilhar ideias e trabalhar em conjunto para com a luta contra as alterações climáticas (Comissão Europeia, 2019, p.: 26). Igualmente, reconhece-se que “[p]ara que o Pacto Ecológico tenha sucesso e conduza a mudanças duradouras, as instituições da UE terão de estar em sintonia com as preocupações dos cidadãos sobre o emprego, o aquecimento das suas casas e o dinheiro para as suas necessidades” (*ibid*, p. 26).

Por outro lado, quanto à educação ambiental, a Comissão refere-se à atitudes (não pensamentos) em relação às alterações climáticas. Neste sentido, prevê-se apoio à educação e à formação para preparar estudantes, professores e instituições, incluindo o fornecimento de “materiais de apoio e a facilitação do intercâmbio de boas práticas em redes comunitárias de programas de formação de professores” (Comissão, 2019, p. 22). Não obstante a relevância destas ações, não há qualquer referência à consciencialização através de uma educação ambiental.

De facto, são inovações importantes e mobilizadoras que parecem abrir espaço para canais de comunicação e consequente aproximação aos líderes europeus. No entanto, na prática, trata-se de interações espontâneas que podem ou não vincular os órgãos europeus. Pois, as dimensões normativas e éticas da própria mudança não estão abordadas de forma clara. Na retórica europeia, como argumenta Vihersalo (2017), a própria cidadania ecológica está ilustrada primordialmente através de escolhas comportamentais e de consumo opcionais, mas sem referências a mudanças ideacionais e/ou estruturais. O papel do cidadão ecológico é realçado e reforçado na esfera privada, mais através das responsabilidades autónomas, do que através da ação e cooperação coletivas. Este cidadão é encorajado a fazer ajustamentos “razoáveis” pensando primordialmente nos seus benefícios (Vihersalo, 2017; Hailwood 2007). De facto, quanto ao PEE, a Comissão indica que “[o] Pacto Ecológico Europeu irá criar o contexto de reformas fiscais abrangentes [...] transferindo a carga fiscal do trabalho para a poluição, tendo simultaneamente em conta considerações de ordem social” (2019, p.: 20). São estas reformas fiscais que poderão contribuir para uma sociedade mais equitativa, contemplando propostas importantes que destacam a importância para com uma transição social e mais justa. Nota-se, contudo, que a forma como o individuo responde aos dilemas sociais e aos conflitos de interesses permanece pouco explorada no texto.



Para Dryzek (1996, pp. 12, 33), tratando-se de comportamentos de indivíduos movidos por uma “racionalidade estratégica”, de “egoístas racionais”, não se assemelha a um cidadão ambientalista, mas sim ao *homoeconomicus*.

Dobson (2014) defende que o método de envolver as pessoas e mudar comportamentos não é possível com estratégias de incentivos e desincentivos fiscais, mas através da deliberação. A mudança só é possível se a sociedade civil se mobilizar, colaborar e exercer influência sobre o governo e a economia. Os processos discursivos e elaborativos são cruciais para a mudança de comportamento (Dobson, 2014, p. 139). A cidadania ambiental, por outro lado, tem como objetivo reconhecer e dar prioridade à capacidade dos indivíduos de se envolverem em comportamentos éticos e eticamente conscientes. Dobson argumenta que se não considerarmos a sustentabilidade de uma perspetiva normativa e ética, a nossa abordagem é incorreta e nos guiará em erro. Para Bell (2005), o próprio liberalismo para ser coerente deve olhar para o ambiente como algo mais do que uma mera propriedade; é o nosso “meio de sobrevivência” e o “fornecedor das nossas necessidades básicas”. Uma visão do ambiente apenas como propriedade é (na melhor das hipóteses) incorreta (Bell, 2005, p. 180). Assim, dar prioridade aos incentivos económico-financeiros colocando em segundo lugar a educação moral, ética e de cultura política para com a proteção ambiental e reforço da cidadania ecológica não pode verdadeiramente guiar a uma mudança de paradigma e a uma verdadeira cidadania ecológica.

Brown (2015) tem argumentado que os juízos morais transmitidos linguisticamente permitem aos seres humanos ordenar e governar as suas associações de acordo com deliberações sobre o bem (2015, posic.: 1230). É evidente que tais juízos são escassos no Pacto. Efetivamente a linguagem empresarial é dominante, enquanto a palavra “Antropoceno” e a expressão “cidadania ecológica”, estão ausentes. Viherselo (2017, 362) sustenta que na campanha da Comissão sobre as alterações climáticas não encontramos referência às virtudes da cidadania de justiça ou de cuidado com os outros distantes, que apelariam à solidariedade ou a um sentido de justiça e como forma de incitar as pessoas a minimizarem a sua pegada de carbono. Além disso, a relação das pessoas com a natureza está ausente, assim como a relação ética do cidadão ecológico com a comunidade global ou com o ambiente global, centrando - se na vida do individuo e na gestão ambiental. Do mesmo modo, o PEE carece de reflexões morais e propostas de mudanças institucionais.

A título de exemplo, não há outro espaço no PEE em que as reflexões morais estejam tão manifestamente ausentes como na parte intitulada “Do prado ao prato” (2019, p.: 13). A representação de um animal em transição do seu habitat natural para o prato do consumidor em preços acessíveis realça uma perspetiva centrada no ser humano, em vez de apresentar novas abordagens para a conceção de sistemas diferentes de respeito e justiça pelos animais e pelo próprio ecossistema. Observa-se também de novo uma lógica de gestão que coloca no centro a natureza barata (Moore, 2016); pois, “[a] estratégia «do prado ao prato» procurará estimular o consumo sustentável de alimentos e promover alimentos saudáveis a preços acessíveis para todos” (2019, 14).

Com efeito, o PEE não sugere que o cidadão seja visto como um agente de “consciência planetária”; mas mais como um cidadão ecológico liberal (Dobson, 2003, Bell, 2005) que



têm o direito de fazer escolhas individuais. Por outro lado, dentro do que Lawrence explica, o lado político da ação deste cidadão fica atrofiado em relação ao seu papel como gestor que toma o destino da natureza nas suas próprias mãos. Lawrence (2017) defende que “[à]medida que caminhamos para um mundo em que o comportamento individual e coletivo é governado por uma gestão especializada eficiente, as instituições mais antigas, como a democracia popular e a igualdade, tornam-se obsoletas. Ou seja, a política é explorada para servir objetivos económicos e a política é subsumida” (Lawrence, 2017, p. 12, e Brown, 2015, citada em Lawrence, p. 12).

Sob este prisma, o PEE não evidencia uma tentativa de construção de uma identidade comum de um cidadão ecológico com base num pensamento moral e ético de pertença ao planeta como um todo, e não como soma de vários elementos: economia, sociedade, natureza, cidadão, numa lógica de aritmética verde. Ao mesmo tempo não aborda questões cruciais de injustiça social, dentro e forma da União, pelo contrário as revela (Tindall, Davies & Maubouès, 2003) citado em MacGregory, 2006b)¹⁷. Como já foi referido, um elemento-chave da cidadania ecológica é o envolvimento ativo dos indivíduos no discurso público em torno da sustentabilidade. Todavia, este envolvimento ativo nos assuntos públicos depende intrinsecamente da existência de tempo livre. Consequentemente, não é adequada para quem tem várias responsabilidades e obrigações múltiplas paralelas, tanto no trabalho produtivo como no reprodutivo, como são maioritariamente as mulheres. Com efeito, o envolvimento das mulheres no ativismo ambiental público é dificultado pelo peso desproporcionado das responsabilidades de prestação de cuidados e pela adoção de práticas domésticas respeitadoras do ambiente.

O PEE visa envolver as pessoas através da sensibilização e de compromissos climáticos, assegurando que todas as partes interessadas tenham um papel proativo na conceção e implementação de soluções. Apela a um novo contrato social baseado na preocupação e trabalho partilhados para “salvarmos” o nosso planeta. Todavia, a participação do cidadão neste esforço está bem enquadrada no âmbito de uma gestão ambiental, e sem evidências e ambições para uma profunda mudança inspirada por uma consciência planetária. Neste quadro, a promoção de justiça social e redução da desigualdade e o fim dos danos ambientais permanecerão tarefas desafiantes.

Reflexões Finais

A UE reflete um ativismo pioneiro no âmbito das alterações climáticas e com sucessos significativos registados. Porém a cidadania ecológica europeia revela uma lógica dominante do mercado, utilitarista que se limita aos comportamentos que olham para a natureza como matéria-prima e em termos monetários.

Assim, embora o PEE abra a possibilidade construtiva de os cidadãos participarem na governação ambiental, as limitações do atual regime de cidadania europeia tornam improvável uma mudança do paradigma atual. A manutenção da tendência atual para a crescente gestão de todos os aspetos da sociedade humana parece uma base

¹⁷ O estudo oferece provas empíricas de que o envolvimento das mulheres no ativismo ambiental público é dificultado pelo peso desproporcionado das responsabilidades de prestação de cuidados e pela adoção de práticas domésticas respeitadoras do ambiente.



profundamente insuficiente para a resposta política verdadeiramente revolucionária ao atual paradigma do Antropoceno. Se esta lógica da supremacia e anarquia do mercado nos trouxe até aqui, continuando a pensar dentro da mesma lógica, e prática de governança neoliberal discutida por Lawrence, dificilmente sairemos do problema. De facto, sem criticar o pensamento dominante do Capitalocene e continuando a pensar dentro do quadro de uma aritmética de ações dificilmente iremos enfrentar verdadeiramente o desafio que criamos. Assim, a estratégia da União, e a promoção de uma cidadania ecológica europeia dificilmente poderão ser consideradas viragem de paradigma ecológico, desde que não implicam uma mudança de pensamento e permanecendo ancoradas na lógica do mercantilista do passado. Estão, portanto, longe da mudança efetiva que a ênfase no discurso e *praxis* da "consciência planetária" pressupõe.

O PEE visa "Transformar A Economia da UE Para Um Futuro Sustentável". Todavia, como dizia Teilhard de Chardin (1961, p. 111), realizar uma melhoria económica das condições de vida humanas, não é uma qualquer questão de bem-estar «é unicamente uma sede de ser maior que, por necessidade psicológica pode salvar o mundo pensante do *taedium vitae*».

Sob este prisma, a luta contra as alterações climáticas e estratégias ecológicas é sobretudo uma questão de espírito e vontade de mudança do ser humano. Um objetivo que os próprios meios técnico-económicos também devem servir. Não insinuamos que a economia e o mercado não são fatores importantes da mudança, contudo, não devem ser os governantes da mudança onde os cidadãos e a própria natureza servem os seus propósitos.

O inimigo não é extraterrestre, está dentro de nós próprios: não apenas nos nossos egocentrismos e etnocentrismos, mas na nossa própria maneira de pensar. Precisamos de transformar a ideologia que estabeleceu o homem como o único sujeito num mundo de objetos, a ideologia que concebe o homem como uma unidade isolada, uma mísima fechada dentro do universo, contra a qual o Romantismo reagiu apenas poeticamente e contra a qual o cientismo reage apenas reduzindo o homem a uma coisa (Morin & Ceruti, 2013, posição: 1356)¹⁸.

Referências

- Bell, D. (2005). Liberal environmental citizenship. *Environmental Politics*, 14(2), 179-194. <https://doi.org/10.1080/09644010500054863>
- Bell, D. (2014). Environmental citizenship: Global, local and individual. In P. G. Harris (Ed.), *Routledge handbook of global environmental politics*. Routledge
- Benner, S., Lax, G., Crutzen, P. J., Pöschl, U., Lelieveld, J., & Brauch, H. G. (Eds.). (2021). *Crutzen and the Anthropocene: A new epoch in earth's history* (1st ed.). Springer

¹⁸ As traduções das citações das obras originais para a língua portuguesa são realizadas pela própria autora.



- Bourban, M. (2023). Ecological citizenship. In N. Wallenhorst & C. Wulf (Eds.), *Handbook of the Anthropocene* (pp. 665–670). Springer Nature Switzerland
- Braidotti, R., & Casper-Hehne, H. (2023). Eurocentrism. In N. Wallenhorst & C. Wulf (Eds.), *Handbook of the Anthropocene* (pp. 665–670). Springer Nature Switzerland
- Brown, W. (2015). *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. Zone Books
- Comissão Europeia. (2019). *Pacto ecológico Europeu* [European green deal]. COM(2019) 640 final
- Crutzen, P. J. (2002). Geology of mankind. *Nature*, 415(6867), 23. <https://doi.org/10.1038/415023a>
- Dobson, A. (2006a). Ecological citizenship: A defence. *Environmental Politics*, 15(3), 447-451. <https://doi.org/10.1080/09644010600627766>
- Dobson, A. (2006b). Environmental citizenship: Towards sustainable development. *Sustainable Development*, 15, 276–285. <https://doi.org/10.1002/sd.344>
- Dobson, A. (2014). Trajectories of green political theory. In L. Semal, M. Szuba, & O. Petit (Interviewers), *Natures Sciences Sociétés*, 22(2), 132-141. <https://doi.org/10.1051/nss/2014021>
- Dobson, A., & Bell, D. (2006). Introduction. In A. Dobson & D. Bell (Eds.), *Environmental citizenship* (pp. 1-18). MIT Press
- Dryzek, J. S. (1996). Foundations for environmental political economy: The search for homo ecologicus? *New Political Economy*, 1(1), 27-40. <https://doi.org/10.1080/13563469608406236>
- Federau, A. (2023). Capitalocene. In N. Wallenhorst & C. Wulf (Eds.), *Handbook of the Anthropocene* (pp. 641–644). Springer Nature Switzerland
- Foucault, M. (2008). *The birth of biopolitics*. Palgrave Macmillan
- Hajer, M. A. (1995). *The politics of environmental discourse: Ecological modernization and the policy process*. Clarendon Press
- Hayward, T. (2006). Ecological citizenship: Justice, rights and the virtue of resourcefulness. *Environmental Politics*, 15(3), 435-446. <https://doi.org/10.1080/09644010600627741>
- Hétier, R. (2023). Neoliberalism. In N. Wallenhorst & C. Wulf (Eds.), *Handbook of the Anthropocene* (pp. 671–676). Springer Nature Switzerland
- Heyen, D. A. (2022). Social justice in the context of climate policy: Systematizing the variety of inequality dimensions, social impacts, and justice principles. *Climate Policy*, 22(5), 1-15. <https://doi.org/10.1080/14693062.2022.2142499>
- Heyen, D. A., Menzemer, L., Wolff, F., Beznea, A., & Williams, R. (2020). *Just transition in the context of EU environmental policy and the European Green Deal: Issue paper under Task 3 of the 'Service contract on future EU environment policy'*. Oeko-Institut & Trinomics



- Joppke, C. (2021). *Neoliberal nationalism: Immigration and the rise of the populist right*. Cambridge University Press
- Lawrence, J. (2017). Managing the environment: Neoliberal governmentality in the Anthropocene. In P. Heikkurinen (Ed.), *Sustainability and peaceful coexistence for the Anthropocene* (pp. 68-84). Routledge
- MacGregor, S. (2006a). *Beyond mothering earth: Ecological citizenship and the politics of care*. University of British Columbia Press
- MacGregor, S. (2006b). No sustainability without justice: A feminist critique of environmental citizenship. In A. Dobson & D. Bell (Eds.), *Environmental citizenship* (pp. 101-126). MIT Press
- MacGregor, S. (2014). Ecological citizenship. In H.-A. van der Heijden (Ed.), *Handbook of political citizenship and social movements* (pp. 107-132). Edward Elgar
- Machin, A., & Tan, E. (2022). Green European citizenship? Rights, duties, virtues, practices and the European green deal. *European Politics and Society*. <https://doi.org/10.1080/23745118.2022.2118984>
- Maisonnave, F. (2018, October 9). Amazon at risk from Bolsonaro's grim attack on the environment. *The Guardian*
- Molek-Kozakowska, K. (2023). The hybrid discourse of the 'European green deal': Road-mapping economic transition to environmental sustainability (almost) seamlessly. *Critical Discourse Studies*. <https://doi.org/10.1080/17405904.2023.2197607>
- Moore, J. W. (2014). The value of everything? Work, capital, and historical nature in the capitalist world-ecology. *Review (Fernand Braudel Center)*, 37(3-4), 245-292
- Moore, J. W. (2015). *Capitalism in the web of life: Ecology and the accumulation of capital*. Verso
- Moore, J. W. (2015). Cheap food and bad climate: From surplus value to negative value in the capitalist world-ecology. *Critical Historical Studies*, 2(1), 1-43. <https://doi.org/10.1086/681007>
- Moore, J. W. (2016). Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism. In J. W. Moore (Ed.), *Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism* (pp. 1-13). PM Press
- Morin, E., & Ceruti, M. (2014). *Notre Europe: Décomposition ou métamorphose?* Fayard.
- Mudde, C. (2019). *The far right today*. Polity Press
- Román, S., & Molinero-Gerbeau, Y. (2023). Anthropocene, Capitalocene or Westernocene? On the ideological foundations of the current climate crisis. *Capitalism Nature Socialism*, 34(4), 39-57. <https://doi.org/10.1080/10455752.2023.2189131>
- Teilhard de Chardin, P. (1961). *Hymn of the universe*. Harper & Row
- Tsoukalis, L. (2023). *Europe's coming of age*. Polity Press



Vihersalo, M. (2016). Climate citizenship in the European Union: Environmental citizenship as an analytical concept. *Environmental Politics*, 26(2), 343–360.
<https://doi.org/10.1080/09644016.2014.1000640>